



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

ÁREA TEMÁTICA: Sessão Conjunta Classes, Desigualdades e Políticas Públicas [ST] e Sociologia do Consumo [ST]

COMO ESTÃO AS FAMÍLIAS DE CLASSE MÉDIA A LIDAR COM A CRISE? UM OLHAR FOCALIZADO SOBRE A RECONFIGURAÇÃO DOS ESTILOS DE VIDA DAS FAMÍLIAS COM CRIANÇAS

MARTINS, Susana da Cruz

Doutoramento em Sociologia

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL)

susana.martins@iscte.pt

MAURITTI, Rosário

Doutoramento em Sociologia,

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL)

rosario.mauritti@iscte.pt

Resumo

A comunicação focaliza-se nas reconfigurações de práticas de consumo e estilos de vida das famílias com crianças, tendo por referência um momento de retração das condições sociais e económicas. Este segmento familiar é particularmente sensível no momento de agudização das desigualdades sociais no acesso a bens e a recursos de natureza económica, social e cultural. Contrariando, em parte, algumas das visões – veja-se as abordagens de Ulrich Beck, Anthony Giddens, Zygmunt Bauman – que subavaliam a importância da noção de classe social para explicar alguns dos processos sociais mais relevantes que hoje estamos a viver, o certo é que tomam a classe média como um dos protagonistas mais centrais e implicados em tais transformações. Aqui pretende-se desenvolver um entendimento de “classe média”, em termos dos seus principais traços socioeducacionais e socioprofissionais mais distintivos e tendo por base as suas condições de vida e orientações de consumo. Esta proposta terá como referente empírico os resultados de um inquérito (*online*) aos rendimentos e consumos das famílias de classe média em Portugal, promovido no CIES-IUL, e desenvolvido no quadro do Projeto “Pensar o futuro e encontrar novas perspetivas para a promoção sustentada do bem-estar e qualidade de vida”.

Abstract

The presentation focuses on the reconfiguration of consumption practices and lifestyles of families with children, with reference to a time of decline regarding social and economic conditions. This family segment is particularly sensitive in the moment in which an increase in social inequalities in access to economic, social and cultural goods and resources is verified. Contradicting, in part, some of the perspectives - see the approaches of Ulrich Beck, Anthony Giddens, Zygmunt Bauman - that devalue the importance of the concept of social class to explain some of the most relevant social processes that we are experiencing, it is certain that the middle class has been perceived as one of the central protagonists involved in such transformations. Here we intend to develop an understanding of "middle class" in terms of its main socio-educational and socio-occupational traits and their living conditions and consumption orientations.

Palavras-chave: Famílias com crianças e jovens; crise; classe média; consumos; estilos de vida

Keywords: Families with children and youth; crisis; middle class; consumption; lifestyles

1. Enquadramento do estudo

Esta apresentação toma por base os resultados de um inquérito (online) aos rendimentos e consumos das famílias de classe média em Portugal (IRCF), promovido no CIES-IUL no último trimestre de 2012. Mais concretamente, cerca de um mês após as manifestações de 15 de Setembro desse ano e, portanto, num contexto de contestação e mobilização cívica, que tiveram as grandes manifestações de rua como grande expressão, na sequência da implementação de medidas de aprofundamento da austeridade.

Este inquérito foi desenvolvido no quadro do Projeto *Pensar o futuro e encontrar novas perspetivas para a promoção sustentada do bem-estar e qualidade de vida*, com base em convites nominais «fechados» a, sensivelmente, 2500 indivíduos, via *email*, cujo acesso foi possibilitado através de um processo de “bola de neve” entre colegas, conhecidos, amigos e através de contactos mais indirectos de “passa-palavra” em diversas regiões do país (mas com maior incidência em Lisboa e Porto) - na sua maioria, trabalhadores em organismos da administração pública e no setor privado, inseridos em diferentes áreas de atividade económica, especialmente, dirigentes, profissionais intelectuais e científicos e quadros técnicos e superiores - , dos quais perto de 40% acederam em participar.

Para a análise em causa procura-se aprofundar as reconfigurações das condições e orientações de vida de famílias com crianças e jovens e, no que respeita a variáveis fundamentais do ponto de vista dessas reconfigurações, poder comparar com famílias sem crianças.

2. Mas quem são estas famílias?

2.1 Algumas anotações teórico-analíticas

Numa perspetiva que contraria algumas das visões sobre a irrelevância analítica de uma conceção das classes sociais – veja-se as abordagens de Ulrich Beck (2004), Anthony Giddens (2000), Zygmunt Bauman (2001) – que subavaliam a importância da noção de classe social para explicar alguns dos processos sociais mais relevantes que hoje estamos a viver, o certo é que tomam a classe média como um dos protagonistas mais centrais e implicados em tais transformações. A análise que aqui se desenvolve fundamenta-se no pressuposto de que a problematização e a interpretação global das desigualdades sociais requer uma sociologia também das classes sociais (cf. Mauritti e Martins, 2012).

Nas reformulações e aproximações ao conceito, num contexto em que a mudança social e os processos globais de recomposição associados são permanentes, torna-se nuclear a identificação dos princípios sociais padronizados de diferenciação estrutural de recursos e oportunidades (Bourdieu, 1997:12-13). É nesta orientação que se situam algumas das abordagens que se têm afirmado, tanto na evocação teórica e conceptual do conceito, como na sua aplicação a pesquisas que tentam, no momento e neste caso, captar os efeitos do enfraquecimento financeiro e económico, com repercussões nas condições de vida e no aprofundamento de desigualdades (Carmo, 2012 e 2013; Costa, 2012, Estanque, 2009 e 2012).

A classe média que aqui referenciamos é delimitada nos seus traços distintivos, em termos de perfis socioeducacionais e socioprofissionais, condições de vida e orientações de consumo, pela localização em agrupamentos sociais que num estudo anterior sobre padrões de vida na sociedade portuguesa (Martins, Mauritti e Costa, 2007), se denominou de “instalados” e “qualificados”.

Por outro lado, e tendo por referência uma multiplicidade de tipos familiares que coexistem, com formas dinâmicas e complexas quanto à sua definição, restringimos a nossa análise às famílias com crianças e jovens. Estão assim no centro da análise famílias de vários tipos com uma ou mais crianças/jovens. Atendendo a que, através de estudos que têm vindo a ser realizados, sobretudo no âmbito da sociologia da família, as estruturas familiares e as suas formas de composição se têm vindo a modificar profundamente (cf. Almeida, Guerreiro, Lobo, Torres e Wall, 1998; Guerreiro Torres e Lobo, 2007, Mauritti, 2011).

2.2 Uma breve caracterização a partir da amostra do IRCF

Na sociedade portuguesa verifica-se uma tendência de mudança que dá conta precisamente de um menor peso dos casais com filhos e um aumento da monoparentalidade (Censos/INE, 2011). Tal tem ainda correspondência numa maior dispersão entre os vários tipos familiares, marcados quer por diferentes conjugalidades, quer por disintos modelos familiares contemporâneos (tendências também já registadas no Censos anterior, cf. Almeida, André e Lalanda, 2002).

Se atendermos à composição familiar presente neste segmento social, que constitui a amostra, de certa forma pouco representativo dessa diversidade que caracteriza hoje as famílias portuguesas, verificamos que quase metade dos agregados familiares têm crianças até aos 16 anos e um quinto têm jovens entre os 17 e os 23 anos, sendo estes dois os que se traduzem no foco desta análise, e um terço diz respeito a famílias onde não existem elementos abaixo dos 23 anos.

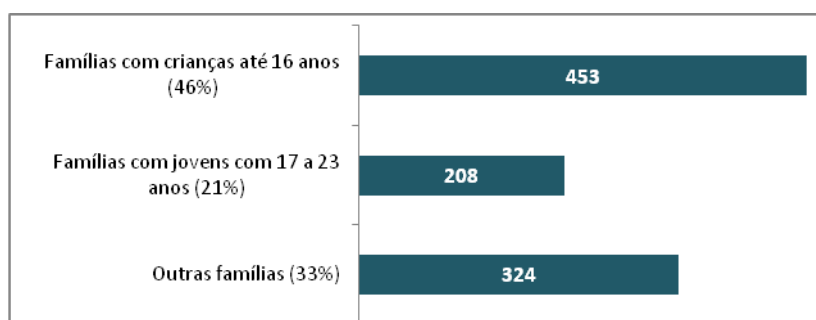


Figura 1 - Famílias com crianças e jovens e outras famílias (números absolutos e %). Fonte: IRCF, CIES-IUL 2012.

Reportando-se a amostra à classe média, a composição dos rendimentos (figura 2) torna a evidenciar um segmento pouco representativo das famílias portuguesas.

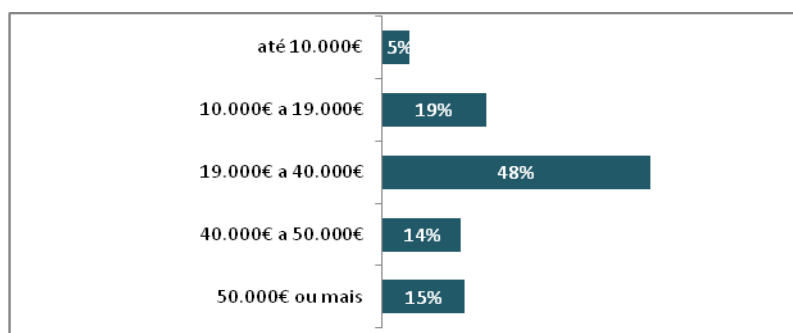


Figura 2 - Distribuição dos escalões de rendimentos anuais das famílias dos inquiridos (%). Fonte: IRCF, CIES-IUL 2012.

Aqui menos de 25% das famílias auferem até 19.000 euros por ano. Quase metade recebe por ano entre este valor e 40.000 euros, distribuindo-se 77% da amostra nos três escalões de rendimentos mais elevados (figura 2). O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC), projeto desenvolvido pelo INE (2012), dá conta, com pretensões de representatividade para a população portuguesa, de que 18,7% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2012, mais 0,8 p.p. do que em 2011 (17,9%). De sublinhar que a taxa de risco de pobreza das famílias com crianças dependentes foi de 22,2% em 2012, aprofundando a desvantagem relativa se se comparar com o total da população residente. Ora esta realidade é ainda assim muito contrastante face às observadas através do Inquérito levado a cabo no CIES-IUL e que serve aqui como o principal referente empírico.

Apesar das marcas de favorecimento no conjunto dos indivíduos de famílias que estiveram presentes nesta amostra, as famílias com crianças até 16 anos (ver figura 2 em comparação com a figura 3) parecem ser as mais penalizadas financeiramente, nomeadamente as que dão conta de realidades monoparentais, onde 59% vivem com menos de 19.000 euros anuais (figura 3).

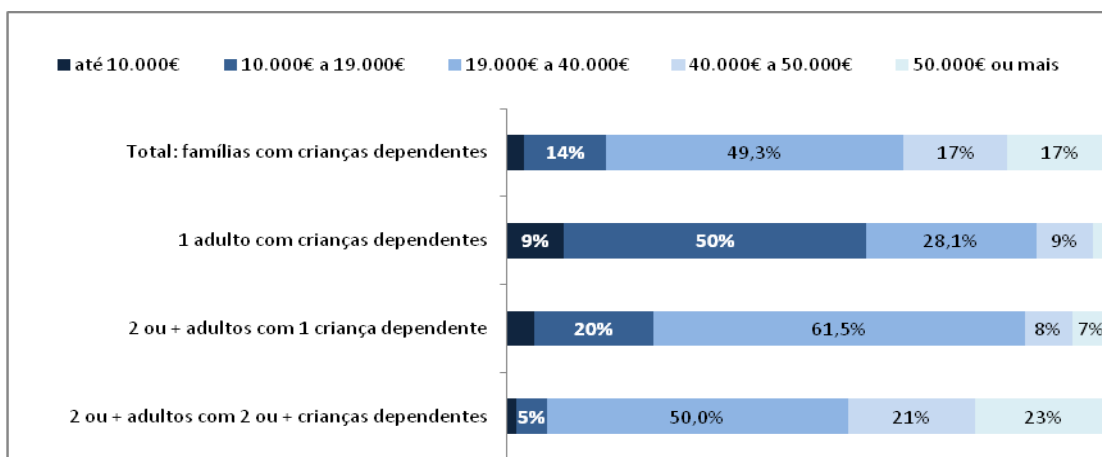


Figura 3 - Distribuição dos escalões de rendimentos anuais das famílias com crianças (%). Fonte: IRCF, CIES-IUL 2012. Nota: qui-quadrado significativo ($p \leq 0,000$).

A análise dos indicadores socioeducacionais e socioprofissionais permite, ainda, identificar um conjunto mais preciso de possibilidades diferenciadas no acesso a oportunidades, recursos e recompensas (figura 4 e 5).

A distribuição das escolaridades dá conta de uma sobrerrepresentação dos elevados níveis de escolaridade encontrados nesta amostra por relação à população portuguesa. Se se levar em conta que, para este universo (mas em idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos), apenas 19% tem ensino superior (tendo por referência a fonte do PORDATA), o contraste com os resultados da amostra dificilmente poderia ser mais acentuado. No total, 85% dos inquiridos tem o grau do ensino superior - 14% dos inquiridos obtiveram um grau de doutoramento; cerca de 20% concretizaram o mestrado e pouco mais de 50% têm no máximo a licenciatura.

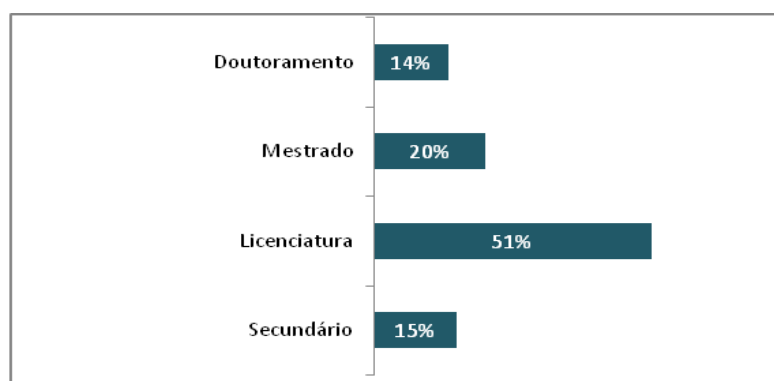


Figura 4 - Nível de escolaridade dos inquiridos (%). Fonte: IRCF, CIES-IUL 2012.

O nível de escolaridade vem revelar uma das características deste segmento que se expressa num recurso de grande valor, nomeadamente nas suas inserções socioprofissionais.

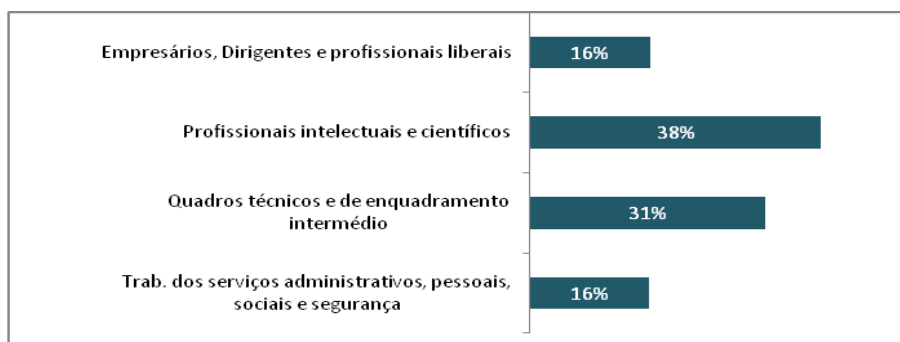


Figura 5 - Frações de classe média (%). Fonte: IRCF, CIES-IUL 2012.

Próxima da sobre-representação verificada na figura anterior, a distribuição das inserções socioprofissionais (com correspondências aos lugares de classe) dos inquiridos dá conta da sua concentração em lugares dotados de mais recursos e oportunidades face à população portuguesa no seu todo. A classificação aqui presente reúne o segmento que, de acordo com as abordagens clássicas, posiciona na “velha classe média” o conjunto dos “profissionais liberais” (PL) com as frações da burguesia empresarial e dirigente, onde se incluem os empresários e dirigentes (que, nesse total, perfazem 16% da amostra). Os dois segmentos que integram os Profissionais Técnicos e de Enquadramento (PTE), os quadros técnicos e profissionais de nível intermédio das empresas e da administração e os profissionais intelectuais e científicos estão em grande maioria na amostra (com 69%). Quanto aos empregados executantes, interpretados a partir da categoria dos trabalhadores dos serviços administrativos, pessoais, sociais e segurança, com uma presença mais discreta, têm um peso que não chega a um quinto da amostra (16%).

3. A crise e a classe média: reconfigurações no bem-estar e qualidade de vida das famílias com crianças

Importa, pois, conhecer os posicionamentos valorativos da classe média num momento recessivo, em que o ano de 2012 (momento de realização da operação de inquérito) tem um significado particular - o início de uma estratégia de resposta a uma intervenção financeira internacional por via da Troika¹ e do seu programa de ajustamento económico e financeiro (começado em 2011) -, com consequências muito notadas nos seus segmentos mais qualificados e urbanos (como aliás fica bem patente na figura 6. A análise procurará identificar algumas das perceções de bem estar e a pluralidade de práticas e orientações de consumo das famílias com crianças por comparação a outras famílias, sobretudo, sempre que essa perspetiva tiver significado estatístico.

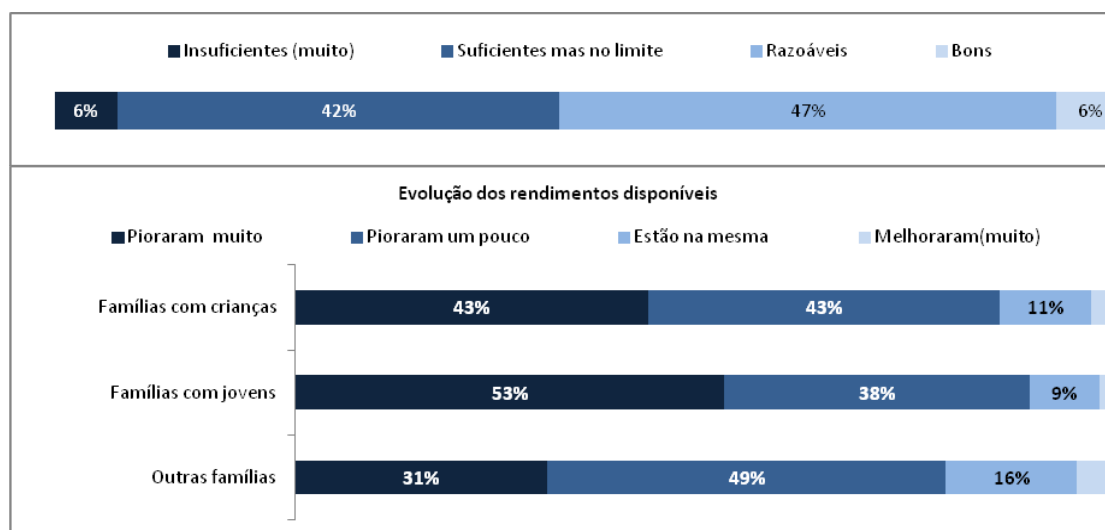


Figura 6 - Avaliações sobre condições de vida e rendimento durante o último ano (%). Fonte: IRCF, CIES-IUL 2012. Nota: qui-quadrado significativo ($p \leq 0,000$).

Uma análise que se pode retirar respeitante à figura 6 é que, no conjunto da amostra, mais de 40% vive numa suficiência de limite do que subjetivamente consideraram aceitável nas condições de vida e bem-estar.

É também muito visível que, de acordo com a amostra em causa, não chegam aos 20% aqueles que consideram as suas condições de vida (rendimentos) estão na mesma ou melhoraram. Se olharmos com mais detalhe e de forma comparativa entre as famílias que têm crianças ou jovens e as restantes, vale a pena referir algumas notas sobre os dados registados: 1) nas avaliações dos inquiridos de famílias com crianças, a sua condição parece ter piorado um pouco (43%) ou mesmo piorado muito (43%); 2) mas se atendermos às famílias com jovens, estas reforçam ainda mais no que respeita a uma avaliação de que as suas condições pioram muito (passando a ser maioritárias (com 53%); e 3) as outras famílias, mesmo revelando considerações que expressam alguma preocupação com as suas condições de vida, tendem a ser menos, comprando com as outras categorias familiares, os que declaram que estas pioraram muito (31%). Acrescente-se, ainda, que as variações verificadas são significativas por tipo de família.

4. O que se come e como se come em tempos de crise? Alimentação e práticas alimentares das famílias com crianças

Se se considerar algumas áreas de consumo consideradas de primeira necessidade, atendendo não só a uma perspetiva de reconfiguração face a uma situação de crise financeira que afeta, potencialmente, os rendimentos dos agregados familiares, e porventura de forma mais decisiva quando existem crianças ou jovens, a informação empírica permite reconhecer alguns dos seus efeitos. Em relação à figura 7, o que se verifica é que 69% das famílias tem, pelo menos no plano das perceções, uma alimentação básica mais reduzida e económica (avaliação feita em 2012 e por referência a 2011). Tal é ainda mais flagrante para famílias com rendimentos até 40 mil euros anuais. Mesmo para as famílias num escalão de rendimentos acima 50 mil euros anuais, mais de metade declara que se viu obrigada a comprar um tipo de alimentação mais económica.

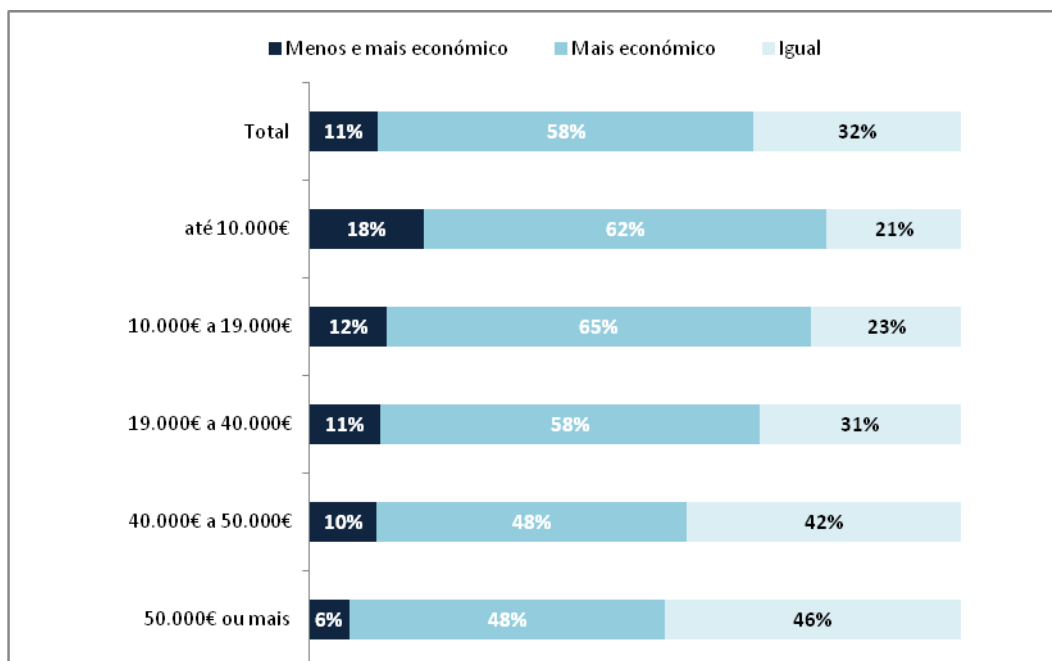


Figura 7 - Perceções sobre o consumo de alimentação básica* nos últimos 12 meses segundo o rendimento (%). Fonte: IRCF, CIES-IUL 2012. (* Inclui: Pão, farinhas, massas e arroz; Leite, manteiga ou margarina; Frutas e legumes; Peixe e outros de peixaria; Carnes frescas, frigorificadas ou congeladas.)

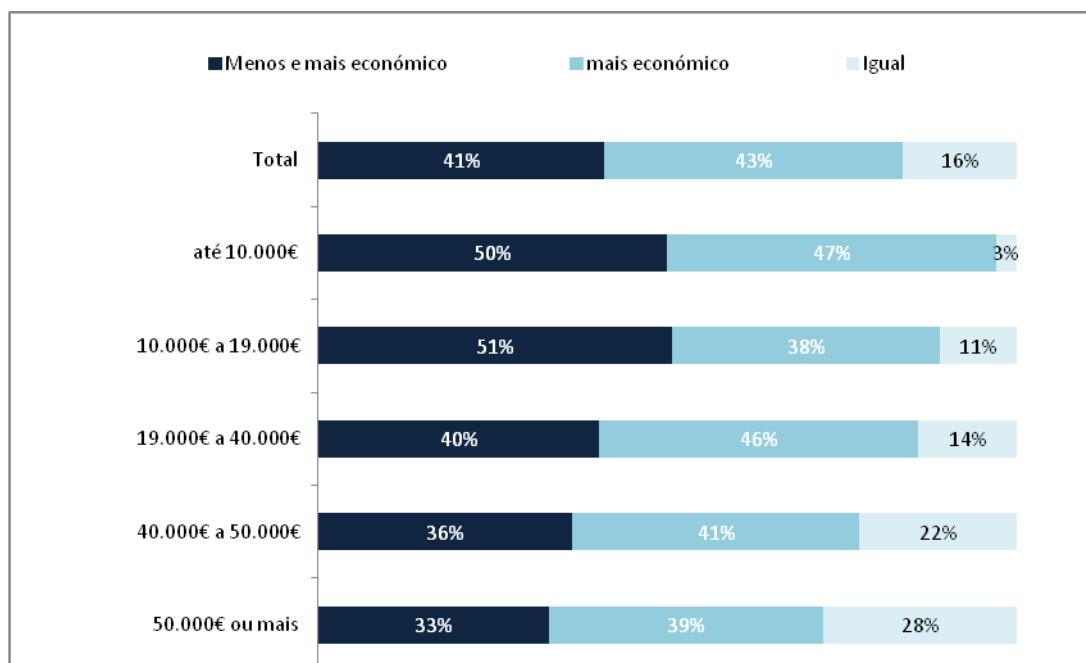


Figura 8 - Percepções sobre o consumo de alimentação preparada* nos últimos 12 meses segundo o rendimento (%). Fonte: IRCF, CIES-IUL 2012. (* Inclui: Cereais, bolachas, bolos secos e sobremesas; Iogurtes, leite achocolatado, queijos; Salsicharias, fumados e carnes secas; Refeições pré-confeccionadas.)

A análise relativa à figura 8 é de continuidade face à anterior mas reforça a distribuição antes verificada. Onde, mesmo neste segmento de classe média, as famílias, quase na sua totalidade, declaram que este tipo de consumos se faz em menor quantidade e de forma mais económica.

5. Práticas culturais e instrumentos para viver na sociedade de informação: prioridades em tempos de crise

Nas condições sociotécnicas que encontramos nestes lares, o primado da escolha individual e a relevância que é dada ao poder de estar sempre, potencialmente, conectado, justificada pela individualização dos usos de algumas das tecnologias ditas da informação e comunicação (visível, por exemplo, na prevalência do telemóvel face ao telefone fixo; do computador e Internet face à TV), aparece bem visível no tipo de posses electrónicas que os inquiridos declaram ter.

De notar também que nas práticas do quotidiano, a utilização destes equipamentos (computador/Internet, telemóvel, e possibilidades associadas de acesso a redes sociais) surge, frequentemente, em processos híbridos de intermediação e complementaridade de relações face-a-face e mediação eletrónica, como lugares de sociabilidades mais relacionados com dimensões do lazer ou conviviais ou mesmo com as relações de trabalho ou com as atividades laborais.

5.1 Presença de TIC e tecnologias de entretenimento no espaço doméstico

A presença de tecnologias de informação e comunicação nos lares em referência é marcada pela tipologia familiar, sobretudo pela existência de crianças ou jovens, dando conta da maior ou menor regularidade de dispositivos tecnológicos. O computador e telemóvel são os únicos equipamentos com presenças transversais, não se associando variações significativas por tipo de família.

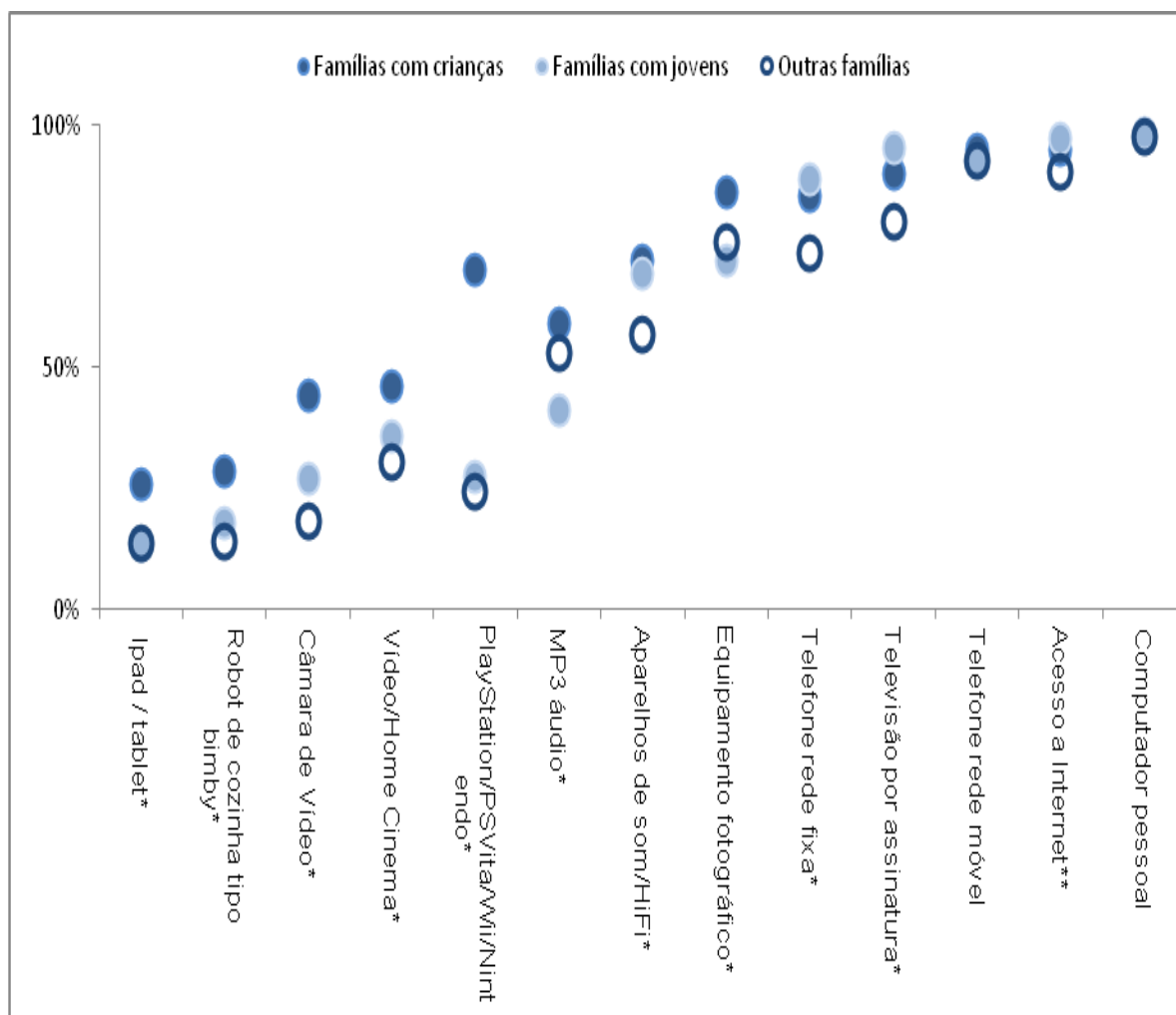


Figura 9 - Presença de TIC e tecnologias de entretenimento no espaço doméstico (%)

Fonte: IRCF, CIES-IUL 2012.

Por outro lado, as tecnologias mais distintivas são as orientadas para o entretenimento de jovens e crianças (como consolas de jogos eletrónicos) e outros instrumentos digitais como as câmaras de vídeo (como se pode verificar na figura 9)

5.2 Práticas culturais e orientações valorativas

Num confronto com os dados que têm vindo a ser apresentados, onde fica bem expressa uma tendência transversal de reconfiguração de consumos e posse, que de alguma forma acentuam também clivagens internas e a afirmação de distâncias entre aqueles que declaram uma maior capacidade para fazer escolhas, mantendo no essencial a qualidade e estilos de vida, e outros, em clara perda dessas possibilidades, afetando sobretudo as famílias com crianças e/ou jovens.

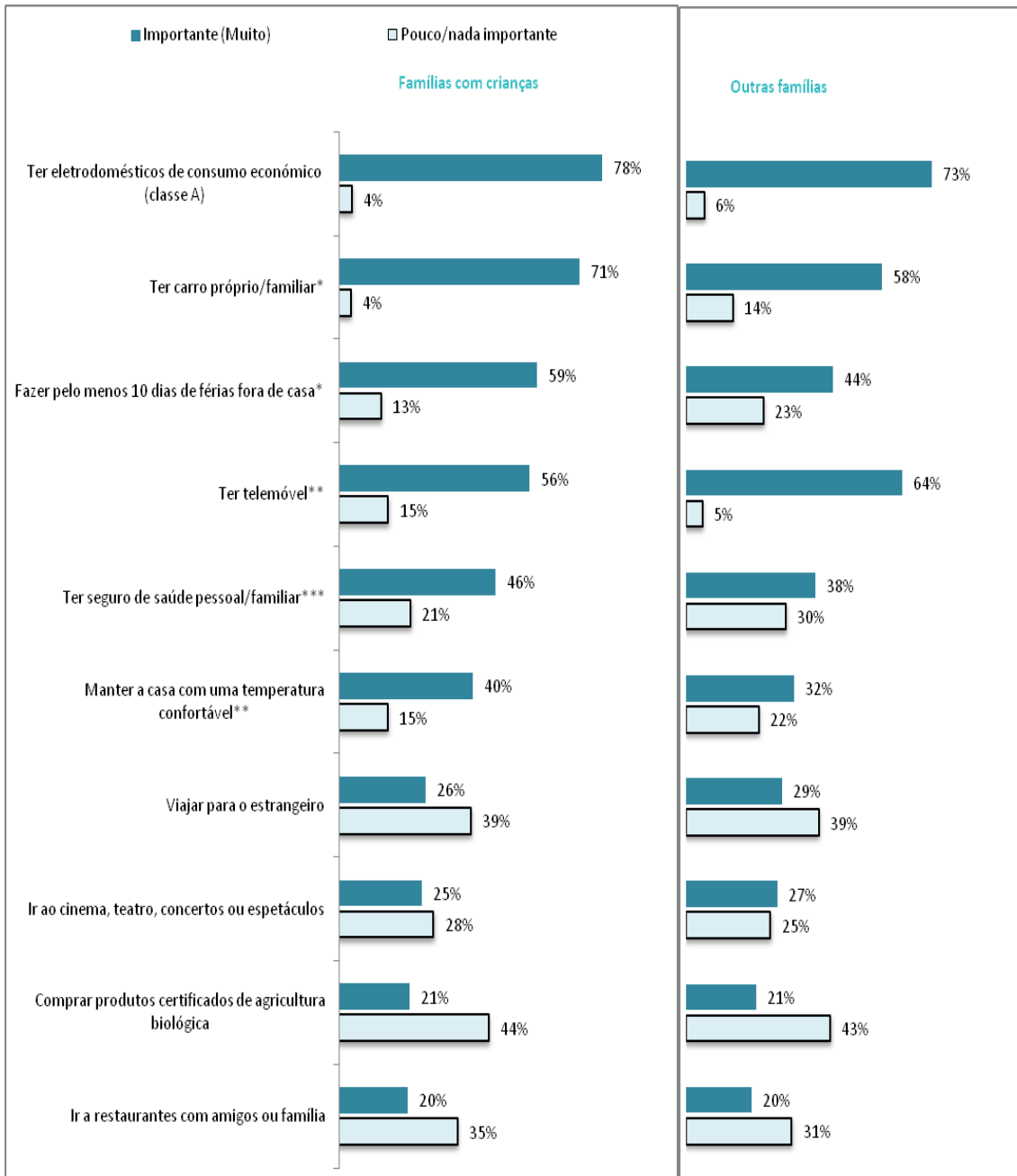


Figura 10 - Orientações valorativas e práticas de consumo (%). Fonte: IRCF, CIES-IUL 2012.

Num conjunto bastante variado de indicadores onde se questionava, numa escala de seis posições, a importância relativa para a manutenção da qualidade de vida, diz respeito ao indicador que expressa a posse de eletrodomésticos de consumo económico (classe A). Esta valorização é interessante: sugere que mesmo num contexto de retraimento das práticas, as orientações que equacionam valores ditos «pós-modernos» (como os enunciados por Ronald Inglehart, 1999), ligados ao ambiente e ao consumo responsável, como no caso em apreço, mantêm forte adesão na medida em que possibilitem otimizar a relação entre consumos e recursos das famílias.

As famílias com crianças estão ainda mais comprometidas com os novos valores da sustentabilidade, não só económica e material (como ter carro próprio), mas também alguns ambientais como ter eletrodomésticos de

consumo A e as condições de conforto e segurança (seguro de saúde ou a temperatura da casa) ou o lazer (férias).

6. Notas finais

Os resultados desta análise apontam para um entendimento de uma classe média que se caracteriza pelo seu favorecimento relativo material e simbólico na sociedade portuguesa, pelos consumos que protagonizam, com todas as suas implicações e manifestações nas várias esferas da vida social, profissional e familiar. Apesar de ambos os segmentos em comparação evidenciarem recursos e consumos alargados face à sociedade portuguesa como um todo, as famílias com crianças e/ou jovens conheceram um conjunto de restrições mais alargados e intensos do que os restantes. Este texto pretendeu dar conta ainda de que forma é que tal aspeto se manifesta e que valores e orientações têm maior prevalência na economia e vida quotidiana deste segmento.

As famílias com crianças e/ou jovens são duplamente atingidas num processo de crise e recessão financeira. O que os dados apontam é que se tratam de agregados com menos disponibilidade de rendimentos e que, pelo menos no plano das perceções sobre as suas condições de vida, foram aqueles que viram a sua situação financeira mais afetada. Tal contexto de maior condicionamento, reflete-se, pois, nas opções e orientações de consumo inclusive em áreas prioritárias como alimentação.

No entanto, pese embora algum condicionamento material, este segmento no seu todo revela atitudes e valores de tipo pós-materialista que parecem ter um caráter durável e resistente a contextos economicamente mais restritivos. Tal parece ainda mais reforçado para as famílias com crianças e/ou jovens. E são famílias que não parecem dispostas a sair dos seus contextos comunicacionais já radicados na sociedade de informação e que lhes permitem formatos de sociabilidade e de lazer diversificados.

Referências bibliográficas

- Almeida, Ana Nunes, Isabel Margarida André, Piedade Lalanda (2002), Novos Padrões e outros cenários para a fecundidade em Portugal, *Análise Social*, Lisboa, vol. XXXVI (163), 371-409.
- Bauman, Zygmunt (2001). *The Individualized Society*. Cambridge: Polity Press.
- Beck, Ulrich (2004 [1992]). *Risk Society: Towards a New Modernity*. London: Sage Publications.
- Bourdieu, Pierre. *Razões Práticas: Sobre a teoria da acção*. Oeiras: Celta Editora. 1997.
- Carmo, Renato Miguel (org) (2011). *Desigualdades em Portugal: Problemas e propostas*. Lisboa: Edições 70 e *Le Monde diplomatique*. 2011.
- Carmo, Renato Miguel (Org.) (2013). *Portugal uma Sociedade de Classes: Polarização Social e Vulnerabilidade*. Lisboa: Edições 70/Monde Diplomatique.
- Costa, António Firmino da (2012). *Desigualdades Sociais Contemporâneas*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Estanque, Elísio (2009). Diferenças sociais de classe e conflitualidade social. In Lages, Mário; Matos, Artur Teodoro (Org.). *Portugal Intercultural: Razão e Projecto*. Lisboa: CEPCEP-Universidade Católica Portuguesa/ ACID. p. 123-176.
- Estanque, Elísio (2012). *A Classe Média: Ascensão e declínio*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Giddens, Anthony (2000). Viver numa sociedade pós-tradicional. In Beck, Ulrich; Giddens, Anthony; Lash, Scott (Org.). *Modernização Reflexiva: Política, tradição e estética no mundo moderno*. Oeiras: Celta. p. 53-104.
- Guerreiro, Maria das Dores, Anália Cardoso Torres e Cristina Lobo (2007). Famílias em Mudança: configurações, valores e processos de recomposição. In Guerreiro, Maria das Dores, Anália Cardoso Torres e Luís Capucha (Orgs.), *Quotidiano e Qualidade de Vida*, (Portugal no Contexto Europeu, vol. III), Lisboa, Celta Editora, 7-38.
- Inglehart, Ronald (1990). *Culture Shift, in Advanced Industrial Society*. Oxford: Princeton University Press.

Martins, Susana da Cruz; Mauritti, Rosário; Costa, António Firmino da (2007). Padrões de vida na sociedade contemporânea. In Guerreiro, Maria das Dores, Cardoso, Anália Torres, e Capucha, Luís (Org.). *Quotidiano e Qualidade de Vida Portugal no Contexto Europeu (vol. III)*. Lisboa: Celta Editora. 263-281. 2007.

Mauritti, Rosário (2011). *Viver Só: Mudança social e estilos de vida*. Lisboa: Mundos Sociais.

Mauritti, Rosário; Martins, Susana da Cruz (2012). Classe média, bem-estar e valores culturais: mudança e continuidade. In: Silva, Manuel Carlos; Aguiar, João Valente (Org.). *Classes, Políticas e Culturas de Classe*. V.N. Famalicão: Húmus. p. 133-164.

Torres, Anália Cardoso, Ana Nunes de Almeida, Maria das Dores Guerreiro, Cristina Lobo, Karin Wall (1998). Relações familiares: mudança e diversidade. In José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.

ⁱ Formação constituída pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu (BCE) e Fundo Monetário Internacional (FMI), responsável pela monitorização do “programa de ajustamento económico e financeiro”.